

## FAMÍLIA E PARENTESCO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

### FAMILY AND RELATIONSHIPS IN THE CONTEMPORANEOUS SOCIETY

Martha dos REIS<sup>1</sup>

**RESUMO:** este trabalho tem como principal objetivo fazer uma análise comparativa sobre teorias elaboradas por sociólogos e antropólogos acerca de mudanças nas relações familiares e de parentesco ocasionadas pelo avanço do processo de urbanização e industrialização na sociedade brasileira. Delimitamos nosso universo de análise optando por autores que estudaram o processo de socialização de crianças e as relações de parentesco em locais diferenciados, caracterizados por: relativo isolamento dos centros urbanos; espaços intermediários entre o urbano e o rural e, finalmente, a análise de famílias cujo espaço de vivência é o centro urbano por excelência. Embora as teorias desenvolvidas sobre o tema advoguem um enfraquecimento dos laços familiares com o processo de urbanização e industrialização, assistimos, nos dias atuais, uma revalorização do papel da família por parte do Estado que, ao implementar políticas públicas voltadas para a criança, adolescente, idoso, mulher, entre outros segmentos da população, delega à família um conjunto de responsabilidades. Este tema, também será objeto de análise no artigo que ora apresentamos.

**PALAVRAS-CHAVE:** família; socialização; relações de gênero.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho destina-se a fornecer elementos para aprofundar reflexões sobre o tema família e parentesco na sociedade contemporânea. O universo da análise estará delimitado à explanação sobre trabalhos de autores que se dedicaram ao tema e que não podem ser desprezados por todos aqueles que se dispõem a refletir sobre as relações de família e parentesco no momento atual.

Gilberto Freyre (1963) e Antônio Cândido de Mello e Souza (1964) possuem em comum a idéia de que a família na sociedade brasileira desenvolveu-se a partir do modelo patriarcal. Tal modelo tinha como características básicas: grande poder do patriarca sobre os demais membros da família; submissão total da mulher em relação ao marido; *respeito* e obediência dos filhos diante da autoridade do pai. Neste modelo familiar o patriarca, também visto como o *chefe* da família era quem definia os destinos de todos os que estavam sob sua guarda e *proteção*. A família patriarcal não era composta apenas pelo pai, mãe e filhos pois, envolvia uma rede de parentes e agregados. Era a chamada família extensa e, do mesmo modo, era sinônimo de unidade produtiva e de poder político e econômico.

<sup>1</sup> Departamento de Didática – Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Campus de Marília.

As relações que se estabeleciam no interior da família patriarcal tinham como objetivo a manutenção do poder e da propriedade. Sendo assim, os casamentos eram endogâmicos, ou seja, realizados com membros do próprio grupo, a residência era patrilocal. Era o pai quem escolhia os futuros maridos para suas filhas, motivado sempre por fatores de ordem econômica e política. Os casamentos deviam ser realizados no sentido de manter e/ou ampliar o grau de poder e influência da família patriarcal.

Na argumentação dos autores mencionadas, a família patriarcal sofreu transformações ao longo do tempo até chegar ao que hoje se convencionou chamar por família conjugal moderna. Na concepção desses e de outros pesquisadores que se dedicaram ao estudo das relações familiares no Brasil, é ponto de concordância de que foram os avanços da industrialização e da urbanização os fatores que mais contribuíram para a predominância atual do modelo nuclear ou conjugal em detrimento do modelo patriarcal.

Teoricamente, a família nuclear se caracteriza por: pequena composição (pai, mãe e filhos solteiros); fracos laços de parentesco; pouca autoridade do pai em relação à esposa e filhos; individualismo dos membros da família no tocante às atividades econômicas; liberdade na escolha do cônjuge e residência neolocal após o matrimônio. O amor passa a ser o elemento determinante para as uniões conjugais substituindo a necessidade de manter prestígio e poder.

Partindo da tese elaborada pelos autores de que a forma de composição familiar e as relações de parentesco sofreram transformações ocasionadas pelo processo de urbanização e industrialização na sociedade brasileira, pretendemos, neste trabalho, realizar uma análise comparativa entre pesquisadores que estudaram o processo de socialização de crianças e as relações de parentesco em locais diferenciados caracterizados por: relativo isolamento dos centros urbanos; espaços intermediários entre o urbano e o rural e, finalmente, a análise de famílias cujo espaço de vivência é o centro urbano por excelência.

Tal análise se justifica pelo fato de estarmos em busca de respostas para as seguintes questões: as mudanças nos padrões de comportamento familiar e de parentesco ocorreram de forma concreta ou as transformações se deram apenas ao nível do discurso e das idéias? Há coerência entre o discurso e a prática nas relações familiares? Em que medida a industrialização e a urbanização da sociedade brasileira interferiu no processo de socialização de crianças e na educação formal e informal no sentido de provocar mudanças nos padrões de comportamentos familiares e de parentesco?

Embora as teorias desenvolvidas sobre o tema em questão advoguem um enfraquecimento dos laços familiares com o processo de industrialização e urbanização, assistimos nos dias atuais uma (re)valorização do papel da família por parte do Estado que, ao implementar políticas públicas

voltadas para a criança, adolescente, idoso, mulher, entre outros segmentos da população, delega à família um conjunto de responsabilidades que outrora eram vistas como naturais em consequência do modelo de família patriarcal.

Nesta perspectiva, torna-se urgente e necessário que novas abordagens e análises sejam agregadas ao conjunto dos trabalhos que dissertam sobre a família contemporânea e, embora reconheçamos as limitações do presente artigo, esperamos poder contribuir para o debate acerca do tema.

#### FAMÍLIA E PARENTESCO ENTRE SITIANTES TRADICIONAIS

Para desenvolvermos esta parte do trabalho tomaremos como principais referenciais as pesquisas realizadas por Antônio Cândido de Mello e Souza cristalizadas nas publicações: *A vida familiar do caipira* (1954) e *Os parceiros do Rio Bonito* (1964), assim como o trabalho realizado por Lia Freitas Garcia Fukui (1979) em Santa Brígida, comunidade do Sertão Norte da Bahia, distante de Salvador aproximadamente 400 quilômetros, caracterizada pela autora como um local de relativo isolamento em relação aos centros urbanos. No entanto, nos reportaremos, sempre que necessário, a outros estudos como o realizado por Verena Stolcke (1982).

Antônio Cândido de Mello e Souza (1954) estudou a vida familiar do caipira em Bofete, interior do Estado de São Paulo. Nesses “caipiras” o autor diz ter encontrado a permanência de comportamentos que nos remetem ao modelo de família patriarcal justificada pelo relativo isolamento desta comunidade em relação aos centros urbanos.

O autor verificou que em Bofete, da década de 50, do século XX, a família desempenhava importante função econômica; o casamento era visto não apenas como um ritual para a realização sexual mas, também como elemento de manutenção e equilíbrio econômico e financeiro. Em relação à escolha do cônjuge, em nível de discurso, se dizia que competia ao pai o direito da escolha. No entanto, segundo Mello e Souza (1954, p. 186), o discurso não correspondia à prática pois “[...] atualmente a situação mudou bastante e a iniciativa matrimonial parte do interessado [...]” embora a vontade e o consentimento do pai fossem decisivos.

Os casamentos eram realizados, na sua maioria, entre pessoas do mesmo grupo ou entre parentes e fatores como cor, religião, aptidão para o trabalho pesavam na aceitação ou não do candidato a marido por parte do pai da pretendida.

O período destinado ao namoro era rigorosamente controlado pela família da jovem enamorada e nos momentos destinados a tal prática se garantia um distanciamento físico entre os interessados. Os pais e/ou irmãos vigiavam constantemente o casal. A aproximação e o contato físico ocorriam em situações não aceitas como naturais pela comunidade, ou seja, quando o casal conseguia driblar e vigilância e fugir para os matagais existentes nas

proximidades. Dado a esta possibilidade, o namoro e o noivado não eram muito longos. O casamento acabava por se realizar alguns meses após o início do namoro. O rapaz considerado bem intencionado era aquele que namorava com o firme propósito de contrair núpcias.

No entanto, se havia um rígido controle em relação aos comportamentos das pessoas que iam se casar pela primeira vez, o mesmo não ocorria sobre aquelas que já haviam sido casadas e que, por qualquer razão, estivessem na solidão. Aceitava-se com naturalidade casamentos e concubinatos de pessoas que ficaram viúvas ou eram separadas. Até mesmo a bigamia era aceita sem problemas.

O papel atribuído e desempenhado pela esposa era de cuidar do marido e dos filhos e realizar tarefas na *roça*. Em troca de uma vida de sacrifícios e submissão, vistos como naturais, a mulher adquiria segurança através do casamento já que o marido devia substituir o pai.

A submissão e inferioridade da mulher em relação ao homem pode ser demonstrada pelos comportamentos que se esperava da mesma: recato e pudor antes do casamento e obediência ao marido depois do matrimônio. Nas festas as mulheres deviam ocupar espaços diferentes dos ocupados pelos homens, suas funções consistiam em fazer e servir bebidas e comidas para eles.

Em relação ao tratamento dispensado às crianças, Mello e Souza constatou que o mesmo era rigoroso. Exigia-se por parte dos filhos um respeito exagerado em relação aos pais conseguido, muitas vezes, pela introdução do medo e castigos corporais. Assim como as mulheres, as crianças eram educadas para obedecer sem questionamentos às regras impostas.

No entanto, as crianças passavam a ser consideradas adultas no momento em que podiam desempenhar tarefas na lavoura e isto ocorria precocemente. A educação e ensinamentos consistiam basicamente em desenvolver habilidades para a prática agrícola. Saber ler e escrever não era considerados importantes.

Além de manter uma atitude de respeito em relação aos pais, muito mais ao pai do que à mãe, as crianças deviam igualmente respeitar os padrinhos, pois os mesmos possuíam, na mentalidade dos caipiras, o mesmo status que os pais. Cabiam a eles a criação e educação das crianças na falta dos progenitores.

Pelos elementos destacados pelo autor, podemos constatar que a vida familiar do caipira da região de Bofete em muito se aproximava dos padrões patriarcais, já que seus principais traços eram: a) autoridade do homem sobre a esposa e filhos; b) submissão da mulher em relação ao pai e marido; c) obediência e submissão dos filhos frente ao pai; d) decisão final do pai no tocante ao casamento dos filhos e f) família vista como unidade econômica e produtiva.

Características semelhantes são encontradas em Santa Brígida, comunidade estudada por Lia Freitas Garcia Fukui (1979), em meados da década de 70, do século passado.

O município de Santa Brígida, localizado no Sertão Norte da Bahia, possuía, na época da pesquisa, uma população composta por baianos propriamente ditos e por romeiros: pessoas vindas de outras localidades a fim de acompanhar o *beato* Pedro Batista da Silva.

Assim como em Bofete, a ocupação de Santa Brígida se deu através da migração espontânea. A grande quantidade de terras disponíveis colaborou para tal intento. Nas duas localidades havia a predominância dos minifúndios com baixo desenvolvimento econômico.

Outra característica semelhante era a organização do trabalho de tipo familiar: a produção voltada primeiramente para o consumo de subsistência e depois para o mercado, que não ultrapassava os limites regionais.

Em relação aos padrões comportamentais dos habitantes de Santa Brígida, Fukui (1979) constatou que os romeiros se comportavam de forma diferenciada dos baianos. Possuíam valores e práticas consideradas pela autora como mais tradicionais, entre elas: a) colaboração entre parentes e vizinhos; b) práticas religiosas intensas; c) ausência de vícios e d) as mulheres vestiam-se com maior recato e pudor.

No entanto, se em Bofete os caipiras se encontravam nas vilas nos finais de semana e em festas religiosas, em Santa Brígida romeiros e baianos se encontravam nas feiras. Tanto nas vilas quanto nas feiras os objetivos dos transeuntes ultrapassavam o desejo de comprar e vender, pois eram nesses encontros que se obtinham notícias de parentes e amigos. Nas duas localidades, as festas religiosas promoviam encontros do grupo como um todo. A religião era, portanto, fator de coesão social e de sociabilidade.

Havia vários pontos de semelhanças entre os municípios de Bofete (localizado no interior do Estado de São Paulo) e Santa Brígida (interior da Bahia), mesmo que tenham sido estudados em épocas diferentes. Os pontos convergentes diziam respeito à forma de ocupação e distribuição do espaço geográfico, forma de organização do trabalho, distribuição da produção, sociabilidade, entre outros. Contudo, para os propósitos deste estudo, torna-se necessário verificar se as mesmas características em relação à organização familiar encontradas em Bofete eram comuns às encontradas em Santa Brígida.

Fukui (1979) notou que em Santa Brígida havia discrepância entre o discurso e a prática no entrosamento familiar. Geralmente as pessoas falavam dos comportamentos que consideravam certos e adequados, mas agiam de forma diversa.

Tal situação pôde ser constatada no fato de que, em termos de opiniões, tanto homens quanto mulheres afirmavam que cabia ao marido todo

o trabalho de produção na lavoura e à mulher apenas o cuidado da casa e dos filhos. No entanto, a prática cotidiana mostrava que homem e mulher trabalhavam lado a lado nas atividades agrícolas. Ao mesmo tempo, o homem/marido chegava a ajudar a mulher/esposa no desempenho de algumas atividades consideradas domésticas como conseguir água e lenha. Além deste, outros elementos nos permitem afirmar que em Santa Brígida havia uma divisão sexual do trabalho apregoada em nível de discurso que não se concretizava na prática.

Eram funções do homem as tarefas que deveriam ser realizadas fora do sítio (propriedade), no entanto, quando o mesmo se encontrava impossibilitado de realizá-las, a mulher podia perfeitamente assumir tal papel. Ambos controlavam o dinheiro e os gastos da família muito embora a decisão final coubesse ao homem, contudo, sua decisão sempre estava de acordo com a opinião da mulher.

Das crianças esperava-se respeito, obediência e colaboração nas atividades agrícolas. Assim como em Bofete, a criança passava a ser considerada adulta quando era capaz de desenvolver tarefas na *roça*. Em nível de discurso falava-se que a falta de respeito e desobediência deviam ser punidos com castigos corporais, no entanto, na prática isto raramente ocorria.

Os filhos podiam decidir suas próprias vidas e escolher o futuro marido e/ou esposa e nos primeiros anos de casamento recebiam ajuda financeira dos pais.

Da mulher esperava-se recato e pudor antes e depois do casamento. O contato físico no namoro era proibido e visto como conduta não apropriada.

As relações de parentesco eram caracterizadas por fortes laços de solidariedade, principalmente em festas e velórios. Havia uma obrigatoriedade de ajuda mútua entre os membros da família e o compadrio funcionava como um sistema de parentesco espiritual.

Realidade semelhante foi constatada por Verena Stolcke (1982), ao realizar estudo sobre famílias de imigrantes que vieram trabalhar nas lavouras de café do Estado de São Paulo, em meados do século XX. Nesta pesquisa, a autora verificou que os contratos de trabalho (meia ou colonato) eram realizados sempre por unidades familiares e era assinado pelo *chefe* da família que determinava as tarefas que cada membro deveria executar. Este sistema de trabalho impedia ou limitava de maneira significativa a escolha de parceiros para o casamento, já que cada membro era importante para o bom êxito do trabalho diário.

Nesse contexto também se esperava que os filhos passassem a ajudar no trabalho agrícola tão logo possuísem idade suficiente para tal. Ter um grande número de filhos era, portanto, vantajoso nessa forma de trabalho.

Entre outros elementos, a pesquisa de Stolcke (1982) nos permite afirmar que entre os imigrantes as responsabilidades maiores eram atribuídas aos homens (pai/marido) e o trabalho se organizava através da utilização de todos os membros da família, logo, ter filhos significava investimentos a longo prazo.

Verifica-se, portanto, que nos estudos selecionados por nós para a análise proposta encontramos pontos comuns e divergentes no tocante às relações de família e parentesco. Tomamos os trabalhos acima por terem em comum o fato de eleger como objeto o estudo de famílias que se encontravam em relativo isolamento em relação aos centros urbanos o que, teoricamente, poderia favorecer a manutenção de valores e padrões comportamentais mais próximos ao modelo patriarcal. Na seqüência, analisaremos uma situação de transição na qual o grupo observado se encontrava próximo de uma área de industrialização e urbanização.

#### FAMÍLIA E PARENTESCO EM UMA SITUAÇÃO DE TRANSIÇÃO

Temos como foco de análise, neste item, o tipo de organização familiar encontrada em Laranjeiras, município localizado próximo à capital paulista, com o propósito de comparar esta situação com as encontradas em locais de maior isolamento e determinar até que ponto fatores como a industrialização e urbanização contribuíram para a transformação dos padrões das relações familiares.

Além de analisar a forma de organização familiar dos habitantes de Laranjeiras, elegemos também como objeto de análise as famílias de colonos das fazendas de café estudadas por Stolcke (1982) que, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, foram expulsas do campo e passaram a residir na periferia das cidades, apesar de continuarem a trabalhar na zona rural. Essas famílias podem, portanto, ser caracterizadas como estando em uma situação de transição, pois, ao mesmo tempo em que não residem na zona rural, também não foram incorporadas pela cidade.

O bairro de Capela das Laranjeiras está situado no município de Itapeverica da Serra, próximo à cidade de São Paulo. Não possuía, na época do estudo realizado por Lia Freitas Garcia Fukui (1979), uma economia fechada já que contribuía para o abastecimento da capital paulista. Segundo a autora, o habitat desse bairro era semelhante ao habitat de bairros tradicionais. O modo de ocupação também foi espontâneo e o bairro era formado por pequenos sítios.

Fukui (1979) pôde verificar que havia duas categorias de famílias: as completas, caracterizadas pelas presenças do pai, mãe e filhos; e as incompletas cuja composição se resumia à mãe e filhos.

As uniões (casamentos) ocorriam entre pessoas iguais e/ou diferentes etnicamente. Não se verificava, portanto, a existência de preconceitos

de raça ou cor. Havia casamentos legais realizados no civil e no religioso e uniões através de concubinatos. Existia uma tendência para a endogamia, provocada mais pelas circunstâncias do que pelas preferências, já que, raramente as pessoas tinham oportunidade de conhecer e manter relacionamentos com pessoas residentes em outros locais.

Em Capela das Laranjeiras a autoridade maior no centro da família era atribuída ao marido/pai muito embora, na prática cotidiana, marido e mulher caminhassem juntos na tomada de decisões. Ambos desempenhavam tarefas na lavoura, embora coubesse ao homem

[...] negociar ou trocar os produtos na venda, comprar mercadorias e, se necessário, garantir com seu trabalho fora do sítio o sustento de todo o grupo[...] os grandes negócios são feitos pelo marido mas sempre ele ouve a opinião da mulher [...]. (FUKUI, 1979, p.151)

Portanto, na tomada de decisões no cotidiano, a mulher não desempenhava papel de total submissão em relação ao homem/marido, já que, participava de modo efetivo na organização do grupo familiar. Contudo, na presença de terceiros, era mantida uma separação entre os sexos. Este distanciamento se dava quando recebiam visitas ou quando iam à vila por ocasião de festas ou em situações de velório. Enfim, no espaço público as mulheres deviam ocupar lugares distintos aos dos homens. Havia uma distinção de espaços físicos, pois enquanto as mulheres ficavam nas cozinhas, os homens ocupavam as salas ou quintais.

Sendo assim, o prestígio social era reconhecido para o elemento do sexo masculino, mesmo que a realidade demonstrasse relações mais igualitárias entre homens e mulheres em relação à autoridade e capacidade para tomar decisões.

No tocante ao tratamento dispensado às crianças/filhos, aqui encontramos semelhanças com outras localidades já descritas neste trabalho, pois delas esperava-se o respeito e a obediência que eram conseguidos através da ameaça de castigos corporais e/ou por situações de reforço de atitudes consideradas positivas pelos pais. Nesta localidade, a exemplo das outras, a criança passava a ser vista como adulta no momento em era capaz de realizar tarefas que pudessem contribuir para o grupo como um todo e, muitas vezes, a fase adulta chegava aos sete anos de idade.

Conhecer o mundo que a cercava era o que importava em relação às crianças já que, para os pais, saber ler e escrever não desenvolviam habilidades para o trabalho braçal que garantia a subsistência dessas famílias.

A relação pai – filho era pautada pelo respeito ao passo que a relação mãe – filho era mais afetiva, principalmente na infância. A educação das crianças era de competência das mulheres do grupo familiar: mãe, irmã, avó e tia. A menina era socializada para casar e ser uma boa mãe e esposa.

Da mulher casada esperava-se sempre uma conduta de recato e pudor, ocorrendo o mesmo em relação à solteira que devia saber escolher bem o futuro marido para que pudesse obter a bênção do pai e da mãe. A escolha do cônjuge, portanto, partia do próprio interessado, contudo, era preciso que os pais dessem a bênção para que as uniões fossem efetivadas.

Quanto ao namoro, os jovens podiam promover encontros no espaço público, em situações especiais, como nas festas religiosas. Podiam conversar, no entanto, sempre sob a vigilância dos mais velhos.

Entre as famílias de Capela de Laranjeiras era possível notar que os laços de parentesco eram intensos e que o sistema de compadrio selava amizades através do estabelecimento de parentesco espiritual.

Do mesmo modo, os laços de vizinhança eram também profundos e permeados pela solidariedade grupal, sobretudo em situações especiais como nas festas, na doença e na morte. Nessas circunstâncias, a rotina da vida do *sítio* era alterada completamente. Em caso de morte, os vizinhos alteravam sua rotina diária até o sétimo dia, pois faziam rezas diariamente na casa do falecido.

Enfim, em linhas gerais, os traços mencionados acima são os encontrados entre os habitantes de Capela de Laranjeiras. Fukui (1979) traz, em seu estudo, uma infinidade de detalhes sobre a vida cotidiana dessa população. No entanto, os objetivos deste artigo impõem limites na descrição da totalidade dos elementos levantados pela autora em questão.

Resta-nos agora discorrer sobre a situação das famílias de ex-colonos estudadas por Verena Stolcke (1982).

Com o fim do colonato, provocado pela promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, as famílias de imigrantes que até então trabalhavam nas lavouras cafeeiras foram residir nas periferias das cidades do interior do Estado de São Paulo e tornaram-se trabalhadores volantes ou de turma. Homens, mulheres e crianças passaram a compor esta nova categoria de trabalhadores.

Este novo cenário exigia o trabalho e a remuneração de todos os membros da família, para que pudessem arcar com as despesas impostas pelo meio urbano, entre elas: aluguel, taxas de consumo de água, luz e a compra de muitos produtos que antes eram produzidos para o próprio consumo (frutas, verduras, leite, entre outros).

Nesta situação, as mulheres declaravam que tinham que trabalhar fora do espaço doméstico para *ajudar* o marido nas despesas. Conseqüentemente, a autoridade do homem/marido era enfraquecida já que não tinha mais sob sua mira as atividades desenvolvidas pela mulher/esposa que, muitas vezes, se empregava em locais diferentes.

Os laços de vizinhança foram fragilizados e qualquer mal entendido era motivo para desentendimentos.

Houve uma mudança no próprio conceito de família pois, segundo Stolcke (1982), durante o colonato a família era definida pelo conjunto de pessoas que trabalhavam juntas e na nova realidade pertenciam à família aqueles que contribuam financeiramente para a sua manutenção.

Os filhos passaram a ser obrigados a deixar a casa dos pais por ocasião do casamento, muito embora continuassem se visitando. Por outro lado, os laços de parentesco eram mantidos, pois os parentes que moravam em um espaço geográfico não muito extenso e pertencentes a um mesmo nível social continuavam a se visitar.

Neste novo contexto, ter muitos filhos deixou de ser vantajoso e o tamanho das famílias tendia para a redução.

Em relação à forma de conceber o trabalho, passaram a ficar mais nítidas as atribuições para cada um dos sexos. Estava presente, na mentalidade dessas famílias, que competia ao homem as obrigações de sustento e manutenção da família. Logo, para o elemento do sexo masculino trabalhar era sinônimo de obrigação, ao passo que, para a mulher, o trabalho fora do espaço doméstico era determinado pelas condições de miserabilidade que passaram a viver. Sendo assim, ambos (marido/esposa) entendiam que a mulher só trabalhava fora para ajudar o marido a cumprir seus deveres de provedor do lar.

A autora constatou que os fatores mencionados acima contribuíram para que o homem/marido/pai perdesse sua autoridade sobre a esposa e filhos, já que se sentia fracassado por não poder cumprir o papel que lhe foi atribuído culturalmente. Não eram raros os casos em que tentavam reaver a sua autoridade através de atos violentos dirigidos à esposa e aos filhos. Tais fatos agravavam ainda mais a situação e, em muitos casos, levavam à separação do casal.

Fazendo-se uma análise comparativa entre as famílias estudadas por Fukui e por Stolcke, é possível constatar que elas possuem características diferentes. Em Capela das Laranjeiras as unidades familiares não se viam desprovidas dos meios necessários para garantir sua subsistência o que, de certa forma, contribuía para a manutenção de normas comportamentais construídas historicamente. Contrariamente, as famílias dos ex-colonos sofreram uma mudança rígida de habitat e de organização da produção e viram-se, repentinamente, obrigadas a redefinir papéis entre seus membros.

À primeira vista, tais fatos nos permitem concluir que mudanças ocasionadas por fatores econômicos acabam por influenciar alterações nas relações que se estabelecem no âmbito da família nuclear de forma direta e irreversível. Resta-nos, agora, verificar como se organizam famílias totalmente incorporadas pelo processo de urbanização e industrialização.

## A FAMÍLIA URBANA

Para dar continuidade às nossas reflexões, tomaremos como ponto de partida o estudo efetivado por Gilberto Velho (1973), cristalizado na publicação *A utopia urbana*: um estudo de antropologia social, na qual o autor descreve e analisa a vida cotidiana de pessoas estabelecidas no bairro de Copacabana, zona sul da cidade Rio de Janeiro.

Velho delimitou o universo de sua pesquisa a um edifício denominado *Estrela* composto por 10 andares com 16 apartamentos por andar. Centrou sua atenção para a estratificação social, tipos de residência e ideologia que permeava as relações familiares e de parentesco.

Morar em Copacabana, no final da década de 60 do século passado, era um fator de prestígio. As pessoas e famílias estudadas se declaravam como pertencentes à classe média e ocupavam as chamadas funções de *colarinho branco*, ou seja, desempenhavam trabalhos de escritório, comércio e, um número reduzido, se declarava intelectual.

No edifício *Estrela* o autor pôde verificar que as relações entre os vizinhos eram tensas e pouco amigáveis. Em muitos apartamentos, que mediam em média 39 metros quadrados, moravam uma família nuclear (pai, mãe e filhos) e mais algum parente (sogro, sogra, mãe ou pai). No entanto, havia também pessoas solteiras que moravam sozinhas, contudo, contavam com a ajuda financeira dos pais.

A ocupação fora do espaço doméstico (emprego) era desempenhada pelo homem (marido), no entanto, não eram raras as mulheres (esposas) que desenvolviam atividades econômicas dentro da própria casa, como por exemplo, costurar. Contudo, ao serem indagadas sobre a profissão, se declaravam como *do lar*.

A relação entre a parentela desempenhava papel importante neste contexto, pois muitos declararam que foram morar em Copacabana para ficarem próximos de seus parentes e visitá-los era uma das poucas opções de lazer. No entanto, admitiam que tinham dificuldades para receber visitas já que o tamanho do apartamento transformava este ato em uma verdadeira aventura.

Embora o objeto de estudo de Velho (1973) não tenha se delimitado às relações familiares encontradas em Copacabana na década de 60, ele teve a preocupação de anexar, ao final do seu livro, a transcrição de um conjunto de entrevistas realizadas com os moradores do Edifício Estrela cuja análise nos permite concluir que lá, a exemplo do que ocorria em outras localidades, predominava o respeito pelos pais; a mulher/mãe era vista como o principal elemento responsável pela socialização das crianças; persistiam fortes laços de parentesco e predominava a idéia de que cabia ao homem o sustento e manutenção da casa.

Realidade semelhante foi constatada por Romanelli (2000) ao estudar as famílias pertencentes à classe média em dois centros urbanos do Estado de São Paulo: Ribeirão Preto e a capital do Estado, no final da década de 80 do século XX.

Destaca o autor que a partir dos anos 60 começou a haver uma reordenação das formas de organização familiar no Brasil motivada, sobretudo, pelos movimentos feministas e pela entrada da mulher no mercado de trabalho.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1987, 71% dos arranjos domésticos no Brasil se enquadrava no modelo de família nuclear composto por pai, mãe e filhos. Contudo, da década de 70 a meados dos anos 80, constata-se um aumento do número de famílias matrifocais composta por mãe e filhos (nem sempre de um mesmo pai), ao mesmo tempo, em que há uma diminuição do número de famílias ampliadas.

O modelo de família nuclear era o que predominava nas camadas médias das localidades estudadas por Romanelli (2000, p. 74), pois,

[...] a importância da família nuclear não reside apenas no fato de ela ser o arranjo doméstico estatisticamente preponderante, mas resulta do significado simbólico de que foi revestida, convertendo-a em modelo hegemônico, isto é, em referencial e em ideal de ordenação da vida doméstica para a grande maioria da população.

Nessa direção, destaca que o modelo ideal traz como características básicas uma relação hierarquizada no âmbito familiar na qual o marido/pai exerce poder e autoridade sobre a esposa e filhos; há uma divisão sexual das tarefas de forma rígida, onde os papéis do homem e da mulher são definidos no próprio processo de socialização das crianças, cuja responsabilidade maior compete à mãe.

Contudo, entre as famílias das classes médias de São Paulo e Ribeirão Preto era possível constatar adaptações do “modelo ideal de família” nas relações estabelecidas cotidianamente.

Pais e filhos assumiam ter uma maior proximidade tanto no aspecto social quanto no afetivo, já que as mudanças ocorridas nas últimas décadas permitem demonstrar melhor a afetividade sem que, com isso, seja colocada à prova a masculinidade do homem/pai. No entanto, a profissionalização da mulher/esposa sempre ficava em segundo plano pois, em primeiro lugar, ela devia cumprir suas responsabilidades de mãe e esperava-se que cuidasse dos filhos e se responsabilizasse pela sua socialização. Além de cuidar da educação e saúde dos filhos as esposas/mães das classes médias deviam se preocupar com o cuidado de outros membros da família em situações de enfermidade (sogra, sogra e outros parentes próximos).

Embora no aspecto jurídico e no plano das representações sociais a esposa não tenha autoridade sobre o marido, independentemente de ter independência financeira, constatou-se que, na prática, pode haver uma redução do poder marital quando ela se torna produtora de rendimentos.

É na esfera privada que a mulher/mãe podia exercer sua afetividade e, ao mesmo tempo, sua autoridade. A mãe tendia a desempenhar a função socializadora procurando preservar e implementar regras estabelecidas em comum acordo com o marido/pai. No entanto, quando havia desobediência em relação às normas a mãe podia esconder do marido e negociar saídas diretamente com os filhos. Havia momentos em que usava do poder de convencimento em relação ao marido para evitar confrontos diretos deste com os filhos.

Tais dados demonstram que, nas famílias estudadas por Romanelli (2000, p. 87), a relação mãe – filhos era baseada na afetividade. A independência financeira dos filhos não produzia rupturas nas relações. Era comum filhos elegerem as mães como confidentes ou como interlocutoras privilegiadas para conversarem ou resolverem problemas enfrentados por eles no espaço público. Estabelecia-se, assim, uma relação de cumplicidade entre eles o que fez o autor concluir que filhos e esposas nas camadas médias tendem a assumir a posição de sujeitos de direitos ao invés de sujeitos de deveres.

Verifica-se, portanto, que entre as famílias das classes médias predominava o tipo nuclear e a forma de organização interna possuía, em nível de discurso, elementos que podem ser remetidos aos padrões patriarcais de comportamento, embora a realidade cotidiana demonstrasse mudanças significativas no plano das relações pessoais.

Contudo, na Vila Helena, município de Carapicuíba, periferia da cidade de São Paulo, o modelo *ideal* de família nuclear não foi encontrado. Tal dado é revelado por Mello (2000) que fez pesquisa de campo nesta localidade, também durante os anos 80. Revela a autora que lá havia muitas mulheres que criavam os filhos sozinhas e que, nem sempre, os filhos eram de um mesmo pai. Trata-se do modelo de família matrifocal, cujo número tem aumentado nas últimas décadas segundo dados estatísticos.

Nestas unidades familiares os homens/companheiros vem e vão, as mulheres/mães permanecem como um porto seguro para a prole. Em caso de um membro familiar ficar doente, a mãe ou irmã mais velha assume a responsabilidade pela sobrevivência do ente mais frágil. Caso haja a ausência repentina da mãe por morte, doença ou abandono, ela é imediatamente substituída por outra mulher: avó, tia, vizinha, madrinha, irmã mais velha.

Deve-se ressaltar que essas famílias eram compostas por migrantes vindos sobretudo, da zona rural. As condições impostas para a sobrevivência no meio urbano fizeram com que elas se aglomerassem em vilas como a Vila Helena onde, segundo a autora, vivia-se em família.

As habitações eram pequenas e os colchões e camas compartilhados por muitos. Não havia intimidade e privacidade no interior das casas e nem mesmo fora delas, pois as casas eram juntas por falta de espaço físico.

Gomes (2000) que estudou a trajetória do campo à cidade das famílias da Vila Helena, no mesmo período em que Mello (2000, p. 67), afirma que na Vila a vida dessa pessoas sofre grandes transformações, pois, “[...] a luta pela sobrevivência vai se tornando brutal. Para a maior parte deles, dá-se a aprendizagem da condição de assalariado, de empregado”.

Neste contexto,

As esperanças de vida melhor depositadas na cidade esvaem-se, para a maior parte, muito cedo. As dificuldades abrangem desde a chegada, o alojamento, o primeiro emprego, a locomoção e, em especial, a incapacidade de decifrar as informações escritas, típicas da vida urbana [...]. (GOMES, 2000, p. 67)

A realidade imposta pelo meio urbano obrigou a população da Vila Helena a se constituir no que Mello denominou de “uma grande família” onde predominam ações oriundas de uma “experiência real de ajuda” (p.54). Argumenta a autora que lá encontrou grandes aglomerados familiares formados pela família nuclear e por parentes. Constatou que os casamentos são endogâmicos (realizados entre pessoas do mesmo grupo, no caso, entre pessoas da Vila) e que, mesmo após o casamento os jovens relutam em mudar-se para outras localidades e se vai agregando novos quartos ou novas construções no espaço limitado das favelas.

Havia, entre as famílias da Vila Helena, uma troca de informações e serviços constantes motivadas, segundo a autora, pela precariedade da vida e privações a que todos estavam sujeitos.

[...] Eu diria que o bairro favorece a criação de uma rede de sustentação mútua para os momentos de necessidade aguda. E esses momentos são muito mais frequentes do que se possa imaginar: uma doença infantil, a exigência de documentos para o trabalho, um uniforme escolar, uma dor de dentes, enfim, qualquer pequena coisa pode representar a diferença entre a comida e a fome. (MELLO, 2000, p. 54)

Se comparados ao modelo ideal de família nuclear, os grupos domésticos da Vila Helena possuíam organização diferente. O contexto em que viviam fazia com que o espaço físico fosse compartilhado com parentes.

Por viverem na miséria e cronicamente desempregados as unidades familiares contavam, na sua maioria, com o trabalho da mulher que se constituía na provedora de recursos para garantir a sobrevivência mínima do grupo. Ocupavam trabalhos que tradicionalmente foram destinados para o sexo feminino: empregada doméstica. Conseguir empregar-se em uma fábrica como operária significava uma verdadeira ascensão social.

As mulheres mais velhas da família (avós) permaneciam no espaço doméstico e a elas cabia a tarefa de cuidar das crianças (netos) e dos afazeres cotidianos: lavar, passar, cozinhar, limpar, entre outros. Dessa forma, era a avó quem exercia o principal papel de educação e socialização das crianças. Na ausência dela, a madrinha, tia ou vizinhas compartilhavam com a mãe tais responsabilidades.

Entre as famílias da Vila Helena a escola era valorizada como um espaço para *guardar* as crianças enquanto as mães trabalhavam já que, a esperança de um futuro melhor se perdeu no momento em tiveram que abandonar o campo para viver na cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as sociabilidades sócio-familiares e as redes de solidariedade por elas engendradas nunca foram descartadas. É que elas foram e são, para as camadas populares a sua condição de resistência e sobrevivência. A família alargada, o grupo de conterrâneos, por exemplo, são possibilidades de maximização de rendimentos, apoios, afetos e relações para obter emprego, moradia, saúde [...]. (CARVALHO, 2000, p. 16)

Não há dúvida de que a forma de organização familiar e as relações de parentesco no Brasil sofreram transformações com o processo de urbanização e industrialização. No entanto, a família enquanto instituição responsável pela socialização primária das crianças tem permanecido pela sua extraordinária capacidade de reorganizar-se frente às mudanças impostas pelo mundo externo.

Os dados de pesquisas revelam que a família é uma instituição que está em constante movimento e sujeita a determinações econômicas que forçam reorganizações que criam novos arranjos familiares e, conseqüentemente, novas formas de relacionamentos com parentes, com o objetivo de dar respostas possíveis frente às necessidades e mudanças causadas pelo avanço do capitalismo.

Contraditoriamente, é possível verificar que permanecem no imaginário coletivo e nas representações sociais elementos pertencentes ao modelo ideal de família conjugal, cujas origens remontam ao tipo patriarcal.

Excetuando-se os modelos matrifocais de arranjos familiares, encontramos nas demais formas um discurso revelador da permanência de elementos simbólicos que, durante séculos, determinaram as relações de gênero na sociedade brasileira. Exemplo disso é a situação das famílias contemporâneas da classe média que, embora demonstrem transformações nas relações familiares, em nível de representação social continuam atribuindo ao homem/pai um poder superior à mulher/mãe.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar que, independentemente da forma de organização familiar, a responsabilidade maior pela educação dos filhos (meninos e meninas) é atribuída à mulher, seja ela mãe, tia, avó, madrinha ou vizinha. Sendo assim, ela tem trabalhado para a perpetuação de relações desiguais entre os sexos.

Deve-se registrar, contudo, que na sociedade contemporânea, nos arranjos familiares em que permanece a figura do homem/pai, ele se sente



mais livre para expressar sua afetividade em relação aos filhos. Tal postura deve-se ao trabalho que as mulheres vem desempenhando no processo de educação e socialização das crianças no qual, muitas vezes, as regras e punições ao desrespeito das mesmas são negociadas entre mãe-filho(a).

A lentidão no processo de mudanças das representações sociais sobre os papéis atribuídos aos gêneros deve-se ao fato de que os mesmos foram construídos historicamente e estão interiorizados no imaginário coletivo. Mudanças de mentalidades que se traduzem em mudar atitudes, comportamentos e concepções de mundo só podem ocorrer no tempo da longa duração e os efeitos de tais transformações não são facilmente perceptíveis no tempo imediato.

Soma-se a isto o fato de que as contradições inerentes ao avanço do modo de produção capitalista têm contribuído para que a burguesia, representada pelo Estado, pelos meios de comunicação de massa e pela instituição escolar, divulgue um modelo de família *pensada*.

Com o avanço da industrialização e, conseqüentemente, da ciência e da tecnologia o capitalismo produz uma série de benefícios e, ao mesmo tempo, cria uma série de novas necessidades para a sua própria manutenção. Entre os benefícios podemos citar a produção de medicamentos e novas técnicas cirúrgicas que favorecem o prolongamento da vida. Embora tais recursos não possam ser usufruídos pelo conjunto da população, assistimos, nos dias atuais, um aumento significativo do número de idosos. Entre as necessidades, podemos citar a exigência por um nível de escolarização cada vez maior para que os jovens ingressem no mercado de trabalho.

O avanço da técnica e a robotização do trabalho favorecem uma diminuição na oferta de emprego. Ao mesmo tempo, há um aumento do contingente de pessoas que precisa trabalhar, cujo número atual certamente ultrapassa o ideal para manter um *exército industrial de reserva* que traga vantagens ao capitalismo. O que se vê é o aumento do nível de desemprego, necessidade de mais escolas e o crescimento acelerado da miséria.

No Brasil, não há emprego para a população em idade economicamente ativa quanto mais para os idosos/aposentados. O valor pago na forma de aposentadoria tem diminuído a níveis que não garantem a subsistência do idoso, sobretudo se considerarmos que, nesta faixa etária, há um aumento dos gastos individuais com medicamentos, ou seja, com a manutenção da própria vida.

É nesse contexto paradoxal, em que se produzem riquezas e misérias, que o capitalismo tem trabalhado para divulgar uma forma de *família pensada* fazendo uso do discurso oficial do Estado e, conseqüentemente, das instituições a ele subordinadas.

Conforme salienta Carvalho (2000), a partir dos anos 90, o Estado brasileiro tem reforçado o papel e responsabilidade da família na proteção das

crianças e dos idosos. As políticas sociais voltadas para o atendimento dessas categorias têm enfatizado a necessidade de *parcerias* entre o poder público, comunidade e família. Não é por acaso que hoje se fala em *amigos da escola*; *dia da família na escola*; médico de família; hospitais dia; internação domiciliar; unidades básicas de saúde; entre tantas outras modalidades pelas quais o Estado busca fazer pactos com as unidades familiares com o objetivo de amenizar a miséria do mundo e criar um *welfare mix* mais ao gosto do neoliberalismo.

Com tais objetivos, divulga-se através dos meios de comunicação de massa, da escola e de outras instituições socializadoras um modelo de família que, de certa forma, encontra eco no imaginário coletivo pois, neste modelo há elementos da forma ideal de família conjugal.

REIS, Martha dos. Family and relationships in the contemporaneous society. *Educação em Revista* (Marília), n. 3, p. 161-178, 2002.

**ABSTRACT:** the main objective of this work is to make a comparative analysis about theories formulated by sociologists and anthropologists about the changes in the family and family relationships caused by the advancement of the process of urbanization and industrialization in the Brazilian society. We limited our field of analysis choosing from the authors who studied the process of children socialization and the familiar relationships in different locales characterized by: relative isolation from urban centers; intermediste spaces between the rural and urban areas, and family, the analysis of families whose space of living is the urban center for excellence. Although he developed theories about the subject demonstrated a weakening in the family bonds with the process of urbanization and industrialization, we see, these days, a reevaluation of the role of the family in the name of the state, that while implementing public policies toward children, teenagers, elderly people, women, among other segments of the population, delegates the family a group of responsibilities. This subject will be also a subject of analysis in the article we now present.

**KEYWORD:** family, socialization, gender, relationships.

#### REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. O lugar da família na política social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC: Cortez, p. 13-22, 2000.

FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

FUKUI, L. F. G. *Sertão e bairro rural: família e parentesco entre sitiantes tradicionais*. São Paulo: Ática, 1979.

GOMES, J. V. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC: Cortez, p. 61 - 72, 2000.

MELLO, S. L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC: Cortez, p. 51-60, 2000.

MELLO E SOUZA, A. C. A vida familiar do caipira. *Sociologia*, São Paulo, n.16, out. 1954.

\_\_\_\_\_. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1964.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In : CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC: Cortez, p. 73 - 88, 2000.

STOLCKE, V. A família que não é sagrada: sistema de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo. In: *Colcha de retalhos* (estudos sobre a família no Brasil). São Paulo: Brasiliense, 1982.

VELHO, G. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.